



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE INFLUÊNCIA MARINHA NO CONTEXTO DAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS SITUADAS NA ZONA COSTEIRA DO NORDESTE
PARAENSE.**
(Título Provisório)

MARCOS VINÍCIUS DA COSTA LIMA

BELÉM-PARÁ
2009

Mestrando
MARCOS VINÍCIUS DA COSTA LIMA

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE INFLUÊNCIA MARINHA NO
CONTEXTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS SITUADAS NA ZONA
COSTEIRA DO NORDESTE PARAENSE.**

(Título Provisório)

Projeto de Dissertação submetido ao Programa de Pós-Graduação de Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à Qualificação no Curso de Mestrado em Geografia

Área de Concentração: Geografia Regional

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo.

Coorientadora:

Prof.^a Dr.^a Márcia Aparecida da Silva Pimentel.

BELÉM-PARÁ
2009

Mestrando
MARCOS VINÍCIUS DA COSTA LIMA

**UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE INFLUÊNCIA MARINHA NO
CONTEXTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS SITUADAS NA ZONA
COSTEIRA DO NORDESTE PARAENSE.**
(Títulos Provisórios)

Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à Qualificação no Curso de Mestrado em Geografia.
Área de Concentração: Geografia Regional

Data da defesa: ____/____/____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo.
Orientador (Presidente da Banca)

Prof.^a Dr.^a Rosa E. Acevedo (NAEA/UFPA)
1^o examinadora

Prof.^a Dr.^a Márcia Aparecida da Silva Pimentel.
Coorientadora

Prof.^a Dr.^a S. Furlan (USP).
2^o examinador(a)

BELÉM-PARÁ

2009

SUMÁRIO

<i>I. Apresentação.....</i>	<i>05</i>
<i>II. Introdução.....</i>	<i>06</i>
<i>A escolha do local.....</i>	<i>06</i>
<i>Problematização.....</i>	<i>06</i>
<i>Objetivo geral.....</i>	<i>06</i>
<i>Objetivos específicos.....</i>	<i>06</i>
<i>III. Hipóteses do trabalho.....</i>	<i>07</i>
<i>IV. Referencial teórico.....</i>	<i>08</i>
<i>V. Procedimentos Metodologias.....</i>	<i>47</i>
<i>VI. Cronograma.....</i>	<i>51.</i>
<i>Bibliografia</i>	
<i>Anexo: Esquema</i>	

APRESENTAÇÃO

Este estudo propõe a elaboração de um mosaico temático de unidades Geoambientais da área demarcada pela Reserva Extrativista Marinha (REM) Maracanã existentes na zona costeira do Município de Maracanã(Pará), tal como analisar as mudanças estruturais dentro de uma escala multitemporal, com intuito de subsidiar na tomada de decisão, tanto para com o planejamento e manejo como para o gerenciamento de seus recursos naturais.

Nesse contexto, o conhecimento dos ecossistemas costeiros, assim como da territorialidade das comunidades tradicionais, torna-se matéria urgente no propósito de favorecer o ordenamento e a gestão do território, buscando a sua conservação e recuperação, uma vez que a manutenção das unidades Geoambientais, pode garantir a sobrevivência daqueles que da REM Maracanã dependem.

Diante do exposto, o presente trabalho para efeito de qualificação, foi estruturado para atender aos requisitos de avaliação da banca examinadora, sendo assim, pretendeu-se apresentar no primeiro momento, enquanto introdução, a estrutura do projeto de pesquisa, com a intenção principal de esclarecer, tanto o referencial teórico, quanto, os objetivos e as metodologias utilizadas, em seguida, foram desenvolvidos dois capítulos, onde o primeiro faz uma abordagem contextual da criação da REM Maracanã e do ordenamento espacial das comunidades pesqueiras, assim como analisa o processo da sua des-re-territorialização na zona costeira do Município de Maracanã. Já no segundo, buscou-se, preliminarmente, identificar e caracterizar as unidades de paisagem que compõem a realidade atual da REM Maracanã.

INTRODUÇÃO

A escolha do local

Inicialmente, partiu da vontade das lideranças da comunidade de Aricuru em construir um instrumento de referência e que pudesse subsidiar o ordenamento territorial da Reserva Extrativista Marinha Maracanã, por meio de mapas temáticos. Esse instrumento teria como fonte de inspiração a metodologia do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia associados aos estudos de unidades de paisagem enquanto um conjunto de geosistemas.

Problematização

Até que ponto o modelo de Gestão da Resex Marinha Maracanã atende os interesses das comunidades tradicionais de Aricuru, Bom Jesus e Martins Pinheiro?

Objetivo geral

Analisar a relação das comunidades tradicionais com o uso e apropriação dos recursos, antes e depois da criação, da Reserva Extrativista Marinha Maracanã.

Objetivos específicos

- Construir de forma coletiva o mapa situacional das comunidades tradicionais da REM Maracanã.
- Identificar e mapear áreas de susceptibilidade Ambiental, assim como a territorialidade das comunidades tradicionais (*as áreas de apropriação e uso dos recursos naturais, tanto da resex quanto da zona de amortecimento*).

- Localizar e mapear através do Geoprocessamento (Buffer) a área da RESEX Maracanã e de seu entorno.
- Caracterizar e classificar as Unidades Geoambientais da área da RESEX Maracanã e de seu entorno.
- Relacionar os diferentes tipos de atributos ambientais e de uso do solo através de análise integrada.
- Mapear (identificar) e quantificar as áreas de ações antrópicas dentro e no entorno da área de estudo a partir da análise e interpretação de imagens de satélite.
- Levantar as informações sobre processo histórico de ocupação das comunidades tradicionais afetadas pela criação da REM Maracanã.
- Levantar informações primárias e secundárias sobre as organizações sociais e suas respectivas atividades econômicas desenvolvidas na área de estudo.

Hipóteses do trabalho

1) A falta de conhecimentos específicos das dinâmicas das sociedades tradicionais - tanto pelos órgãos públicos como da sociedade em geral – é o fator responsável por uma série de intervenções que a rigor geram desestruturação social e cultural, bem como impedem o estabelecimento de uma consciência coletiva voltada para a Sustentabilidade da natureza?

2) A pressão do mercado é responsável pelas tensões e vulnerabilidade dos recursos naturais no ecossistema do manguezal?

3) A falta de uma organização social mais atuante coletivamente impedem a construção de uma gestão coerente com a realidade da REM?

4) O modelo de REM, concebido e implementado para as áreas costeiras pelo Estado brasileiro não tem contemplado a

territorialidade das populações tradicionais, incompatibilizando o uso e a apropriação dessas áreas?

Referencial teórico:

Geossistemas, territorialidade e resex marinha: uma contribuição conceitual para o entendimento da co-gestão da U.C. de uso sustentável na zona costeira do município de Maracanã/PA.

1. Geossistemas: conceito, categoria ou um método de análise?

A Geografia Física como ciência dos geossistemas - sistemas territoriais naturais - tem potencialidades para trazer soluções, ou pelo menos, alternativas para os problemas de degradação ambiental e orientar os estudos de avaliação de impactos antrópicos na natureza e o planejamento de ocupação e exploração de recursos naturais. Pois, partindo desse princípio, Bertrand (2007) pôde nos sinalizar, através de seus estudos, o quanto é importante o papel da Geografia, leia-se Geografia Aplicada ou Construtiva, nas pesquisas que objetivam o aperfeiçoamento da relação da sociedade com os recursos naturais, isto é, com os avanços teóricos e metodológicos concernentes ao ordenamento e a gestão do território.

O grande prestígio da Geografia Física, enquanto ciência da paisagem, caracterizou-se pela passagem do método descritivo de cunho naturalista e setorial para um método atento ao contexto dialético dos componentes constitutivos do espaço geográfico. Este, por sua vez, se destacou a partir do desenvolvimento dos estudos dos geossistemas, termo este, utilizado, pela primeira vez, na década de sessenta, quando o conceito da Teoria Geral dos Sistemas é incorporado aos estudos da paisagem na ciência geográfica.

Para o entendimento do funcionamento das unidades de paisagens, a geografia física se pautou nas contribuições de Bertalanffy ao desenvolver a Teoria Geral dos Sistemas que se baseia na análise de modelização e quantificação dos elementos da paisagem, abrindo um novo caminho para os estudos geográficos.

Foi V. B. Sotchava, geógrafo (ex-)soviético, quem definiu de forma precisa os conceitos de modelos e de sistemas, dentro da ciência da paisagem e, em 1963, diante da noção de "ecossistema" apresentada por Tansley, o termo foi adaptado a um conceito geográfico, ou seja, a categoria espacial, sendo fundamental para a construção do conceito de "geossistema". Para ele, o geossistema é um fenômeno natural que inclui todos os elementos da paisagem como um modelo global, territorial e dinâmico, aplicável a qualquer paisagem concreta.

Para SOTCHAVA (1977), o fato de o geossistema colocar em evidência não apenas os componentes da natureza, mas as conexões entre eles, implica na projeção para o estudo da dinâmica, da estrutura da natureza, da evolução dos geossistemas. O autor considera o método cartográfico, e nesse caso enfatiza-se a confecção dos mapas temáticos, a base de todos os estudos das paisagens, ou melhor, dos geossistemas e propõe uma taxonomia de geossistemas, nesse caso podendo ser expressa por elementos poligonais, capaz de servir de apoio para sua delimitação, ou seja, numa linguagem mais atualizada do geoprocessamento, conjugando laeys de geofatores e que, em seu conjunto, caracteriza o geócoro por seus componentes e, ao mesmo tempo, como um todo.

Sotchava em seu conceito de geossistema também leva em consideração os aspectos relacionados as atividades antrópicas: "embora os geossistemas sejam fenômenos naturais, todos os fatores econômicos e sociais, influenciando

sua estrutura e peculiaridades espaciais, são tomados em consideração durante o seu estudo e suas descrições verbais ou matemáticas. Modelos e gráficos de geossistemas refletem parâmetros econômicos e sociais influenciando as mais importantes das conexões. Influências antropogênicas dizem respeito a numerosas transformações nos componentes naturais de um geossistema é o caso dos manguezais que ao ser desmatado altera profundamente a dinâmica costeira. Essas influências antrópicas são capazes de determinar o estado variável de um geossistema em relação à estrutura primitiva, refletindo nos fluxos de seu modelo sistêmico. O autor não nega a existência do sistema total - tudo o que circunda a sociedade, mas enfatiza uma vez mais como conclusão: "os geossistemas são formações naturais, experimentando, sob certa forma, o impacto dos ambientes social, econômico e tecnogênico." (SOTCHAVA, 1976).

Outro Geógrafo, mas de origem francesa, G. Bertrand, repensando o conceito de Geossistema, considera a paisagem como uma visão holística do meio físico e biótico, transcendendo, sobre tudo, a idéia dicotômica entre paisagem natural e cultural, mantendo no mesmo patamar de análise tanto a esfera natural quanto humana, entendendo que sociedade e natureza estão relacionadas entre si formando uma só entidade no mesmo espaço geográfico. Essas idéias tomaram fôlego com o aparecimento dos movimentos ambientalistas, alavancadas pelas discussões acerca da crise socioambiental no mundo, que assombravam, principalmente, os países desenvolvidos e que buscavam, nesse contexto, novos modelos alternativos de planejamento para a apropriação e uso dos recursos naturais.

Para BERTRAND (1971) a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e

antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável numa perpétua evolução.

Para tanto, o sistema taxonômico apresentado por BERTRAND (1971), reflete sua preocupação quanto às escalas de pesquisa, que permite a delimitação e a cartografia das paisagens, dentro de uma concepção dinâmica, onde destaca três diretrizes principais que devem ser trilhadas para a delimitação das unidades de paisagem. Primeiro, destaca a priorização na busca das "descontinuidades objetivas da paisagem", ao invés impor categorias pré-estabelecidas. Segundo, a paisagem deve ser delimitada tal como ela se apresenta, não tentando estabelecer uma síntese de forma arbitrária, pela superposição de unidades elementares, quer pela técnica cartográfica ou técnica matemática, o que exclui a possibilidade de uma relação dialética entre os seus elementos. Neste caso, destaca o autor, "a delimitação será mais grosseira, mas as combinações e as relações entre os elementos, assim como os fenômenos de convergência aparecerão mais claramente". Por último, ressalta a necessidade de uma referência escalar, ou seja, situar as paisagens na dupla perspectiva do tempo e do espaço. Portanto, para BERTRAND (op cit), quando se fala em limites, não se fala apenas em limites espaciais (cartografia) ou limites temporais (cronologia), mas também em limites da dinâmica paisagística, na qual podemos ressaltar a dinâmica espacializada das atividades antrópicas, ou seja, a territorialidade, conceito este que será dada uma atenção melhor no subcapítulo seguinte.

BERTRAND (1968) redefiniu geossistema como uma unidade espacial de ordem dimensional situada entre algumas dezenas a centenas de Km² (no caso da área da REM Maracanã que é de 300Km² ou 300.000,000m² que é igual a

30.000ha) e o geofacies como um setor fisionomicamente homogêneo(Geômeros), de aproximadamente centenas de m². Verifica-se que a sua concepção de geossistema é relativamente idealista opondo-se então à de SOTCHAVA.

O sistema taxonômico apresentado por BERTRAND (1971) possui uma classificação taxocorológica das paisagens, apreendida em seis níveis têmporo-espaciais: a zona, o domínio e a região natural (níveis superiores) e o geossistema, o geofacies e o geótopo (unidades inferiores). Destaca-se, entretanto, que suas pesquisas centraram-se nas unidades inferiores, onde o autor elege o geossistema como a escala mais apropriada para os estudos dos fenômenos antrópicos, por ser uma unidade dimensional compreendida entre alguns quilômetros quadrados e algumas centenas de quilômetros quadrados.

Dentro do geossistema, tem-se os geofacies, unidades fisionomicamente homogêneas, caracterizados por "uma mesma fase de evolução geral", sua dimensão compreende algumas centenas de metros quadrados, em média, e também, o geótopo corresponde à "menor unidade homogênea diretamente discernível no terreno", que compreende dimensões entre o metro quadrado ou mesmo o decímetro quadrado, ver quadro 01.

Quadro 01: Classificação Taxocorológica das paisagens (BERTRAND, 1971).

Unidade da paisagem	Escala espaço-temporal (Cailleux; Tricart)	Exemplo tomado numa mesma série de paisagens	Relevo	Elementos fundamentais
Zona	G.I (*) + de 1.000.000Km ²	Intertropical	-	Climático e estrutural
Domínio	G.II (*) + de 100.000 a 1.000.000Km ²	Das caatingas semi-áridas	Domínio estrutural	
Região	G.III-IV (*) + de 1.000 a 100.000Km ²	Litoral do nordeste brasileiro ou depressão sertaneja	Região estrutural	
Geossistema	G.IV-V (*) ± de 10 a 1.000Km ²	Planície litorânea de Fortaleza ou depressão sertaneja de Baturité	Unidade estrutural	Biogeográfico e Antrópicos
Geofácies	G.VI ± de 1 a ± 10Km ²	Planície Flúvio-marinha do rio Ceará	-	
Geótopo	G.VII ± até 1Km ²	Salina desativada, encostas, ravinas, ou outros elementos bem particulares	-	

Fonte: adaptado de Bertrand (op. cit) e **Costa Lima (2008)**

Nota: (*)G=Grandeza. As grandezas entre as unidades são muito aproximadas e dadas somente a título de exemplo. Conforme A. Cailleux, J. Tricart; M Sorre; R. Brunet.

Apesar de não ser considerado um método revolucionário BERTRAND (1971) conseguiu torná-lo, pelo menos, simplificado, do ponto de vista prático, pois possibilitou a delimitação de áreas em um determinado conjunto de ambiente heterogêneo (Geócoros).

A discussão sobre os estudos dos Geossistemas fez surgir duas correntes: a corrente historicista e a corrente quantitativa. Para a corrente historicista, a ação antrópica possui um peso específico, comparável aos dois pilares que originalmente sustentavam a idéia de "complexo territorial natural": o potencial ecológico e a exploração biológica. Nesta corrente, a paisagem é vista como um produto histórico da relação sociedade-natureza, como propôs Toulouse. Já a corrente quantitativa, é mais crítica e pragmática: recupera-se a "análise setorial", porém não desde o ponto de vista da

descrição individual dos elementos geográficos que configuram a paisagem, mas desde a quantificação destes através de um tratamento informático que pressupõem determinar e cartografar as zonas homogêneas (unidades básicas da paisagem), procurando apreender, também, a paisagem quantitativamente, através de modelos e gráficos.

Nesse sentido BERTRAND dar um grande salto no processo de análise sobre as unidades de paisagens, pois transcende a visão cartesiana, ou seja, o privilégio em dar ênfase a descrição e a classificação, buscando, no entanto, a sistematização dos elementos da paisagem e de seus atributos no complexo geográfico.

BERTRAND, 1971b é enfático ao afirmar que "A Geografia Física, pelo menos aquela que se pratica habitualmente, repousa sobre uma considerável contradição interna: sintética por seu objeto, ela não o é freqüentemente no seu método. Ela tenta entender os conjuntos naturais a partir de passos setoriais (geomorfologia, climatologia, hidrologia, biogeografia...). A síntese intervém quase sempre a posteriori. Aliás, trata-se mais freqüentemente de uma síntese com finalidade geomorfológica que de uma apreensão global da paisagem", o que mostra a sua preocupação em buscar a correlação entre os elementos físicos e sociais.

A questão da dinâmica da paisagem, movida por uma relação dialética entre seus componentes, constitui um dos pilares centrais da abordagem bertrandiana. É em cima desta questão que G. Bertrand desenvolve todas as outras etapas de seu esboço metodológico.

Após a proposta de BERTRAND (1971), a relação entre os elementos passa a ser mais importante do que os elementos em si, quando tratados isoladamente, isto é, as conexões instauradas entre cada um dos elementos (da paisagem), tornam-se determinantes na compreensão da

dinâmica geral da paisagem. Isto é perceptível quando o autor destaca que:

"por essa dinâmica interna, o geossistema não apresenta necessariamente uma grande homogeneidade fisionômica. Na maior parte do tempo, ele é formado de paisagens diferentes que representam os diversos estágios da evolução do geossistema".

Quer dizer, a homogeneidade do geossistema (da paisagem) se dá mais ao nível das relações e dos processos do que da própria expressão fisionômica. Isto implica na exclusão da possibilidade de delimitações simplórias da paisagem, ao nível puramente da aparência.

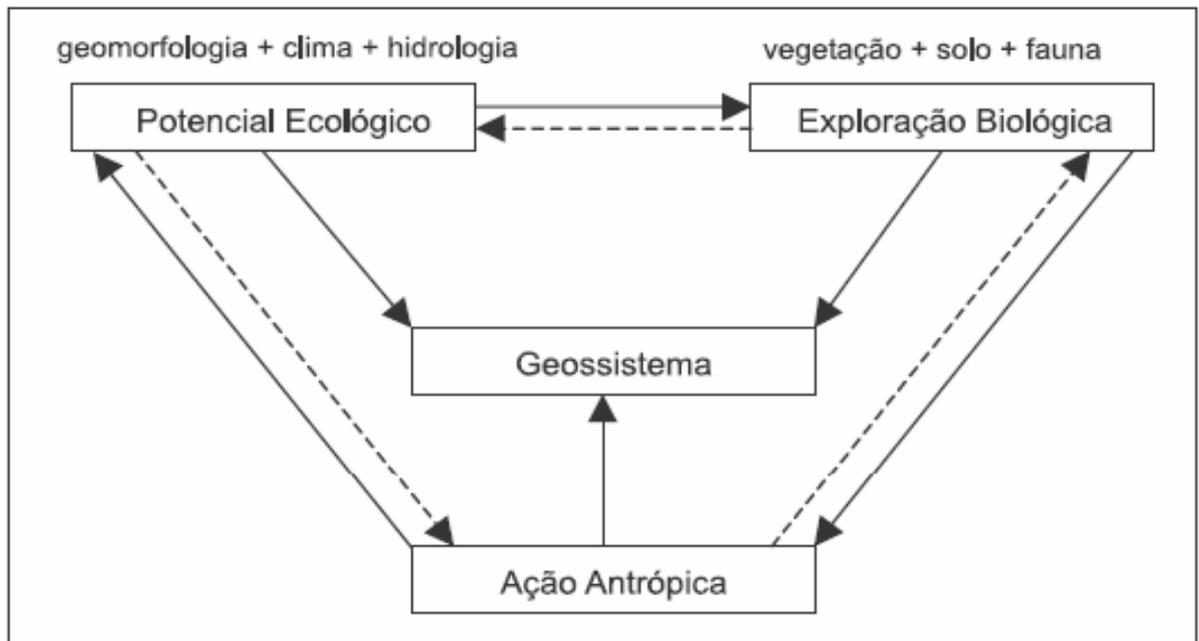
Para Bertrand a vegetação é uma espécie de suporte para identificar os geossistemas, no caso da REM Maracanã, a vegetação do manguezal foi delimitada como uma área oficial da REM, ao mesmo tempo ela representa uma unidade de paisagem, na escala taxonômica de Bertrand, pois possui um traço ecológico essencial, que é o geossistema do manguezal.

A introdução do homem como elemento constituinte e agente modificador da paisagem – visto que se reproduz socialmente, também através da sua relação com a natureza, considerando a ação antrópica como um terceiro subsistema -, dentro da concepção global de paisagem, destaca a noção de paisagem de Bertrand como a primeira a dar ao homem a sua devida importância, no seio da evolução das paisagens.

O geossistema proposto por Bertrand é caracterizado por uma certa homogeneidade fisionômica, uma forte unidade ecológica e biológica e por um mesmo tipo de evolução, sendo o resultado desta dinâmica comum e da combinação local de

um potencial ecológico (geomorfologia, clima, hidrologia), uma exploração biológica (vegetação, solo, fauna) e uma ação antrópica (ver figura 01).

FIGURA 01 – ESQUEMA DE RELAÇÕES EM UM



GEOSSISTEMA.

Fonte: Bertrand, 1972

BERTRAND (1971), numa reflexão de caráter interdisciplinar, assume que há uma necessidade de explorar técnicas específicas de outras disciplinas, como climatologia, geomorfologia, fitossociologia etc., numa contribuição para a compreensão da paisagem e resolução dos problemas que, segundo ele, "não podem ser realizados senão no quadro de uma geografia física global", pois a problemática ambiental, exige novos métodos de análise que possam ser capazes, cada uma por si, deliberar resoluções seguras para cada questão.

A fisionomia da paisagem, para BERTRAND (1971) é, quase sempre, o ponto de partida para a definição de suas unidades básicas. ele vê a vegetação como a expressão das características geoecológicas da paisagem, ou seja, a vegetação aparece como o principal elemento integrador e

sintetizador da paisagem, que traduz, a priori, as suas descontinuidades objetivas. Todavia, apenas a fisionomia não é a melhor representação do funcionamento da paisagem. Para tanto, *escolhe uma tipologia dinâmica* "que classifica os geossistemas em função de sua evolução e que engloba através disso todos os aspectos da paisagem". A *tipologia dinâmica da paisagem*, formulada por BERTRAND (op cit), vem apoiada na teoria bio-resistásica de ERHART (1955, 1956 e 1958). Para isto, leva em consideração o estágio evolutivo da paisagem, sua situação em relação ao clímax e o sentido geral da dinâmica (progressiva, regressiva ou estável). Propõe uma *classificação tipológica dinâmica* para os geossistemas que, segundo ele, deve ser sumariamente colocada na dupla perspectiva do tempo e do espaço. No tempo, refere-se à herança histórica dos geossistemas. No espaço, considera-se a justaposição dos geossistemas. Sua classificação comporta dois grupos: os geossistemas em bioestasia e os geossistemas em resistasia: (figura 03)

FIGURA 03: Grupos de Geossistemas de acordo com a tipologia dinâmica:

<p>1.GEOSSISTEMAS EM BIOSTASIA</p>	<p>a) Geossistemas climáticos, plesioclimáticos ou subclimáticos b) Geossistemas paraclimáticos c) Geossistemas degradados com dinâmica progressiva d) Geossistemas degradados com dinâmica regressiva</p>
<p>2.GEOSSISTEMAS EM RESISTASIA</p>	<p>a) Geossistemas com geomorfogênese natural b) Geossistemas regressivos com geomorfogênese ligada à ação antrópica</p>

Fonte: Bertrand, 1972

ERHART (1955), na elaboração da teoria da bio-resistasia, levou em consideração a importância que a cobertura vegetal exerce na evolução das paisagens. A vegetação é responsável, segundo o autor, pela proteção dos meios contra os processos morfogenéticos. O termo bioestasia tem o significado de equilíbrio biológico e designa, portanto, meios morfodinamicamente estáveis, enquanto resistasia refere-se àqueles meios que sofreram uma ruptura do equilíbrio biológico. Desse modo, o autor conclui que, nos meios em bioestasia, há a preponderância da pedogênese em detrimento da morfogênese. Por outro lado, nos meios em resistasia, ocorre justamente o oposto.

TRICART (1979) questiona BERTRAND (1971) por utilizar a teoria bio-resistásica de H. Erhart, uma vez que, segundo este autor, esta exclui a possibilidade da dialética da natureza. TRICART (1977) Propõe uma **classificação ecodinâmica** dos meios ambientes em 3 estágios: "meios estáveis", "meios intergrades" e "meios fortemente instáveis", baseado na intensidade, frequência e interação dos processos evolutivos, possibilitando uma abordagem dialética da paisagem, faltante na teoria de Erhart.

Os "meios estáveis" de TRICART (1977), correspondem basicamente aos meios em bioestasia de Erhart, sendo em termos gerais, a pedogênese o processo de maior expressão, decorrente de uma "proteção" que Tricart denomina fitoestasia, e não bioestasia como propõe Erhart, por ser a cobertura vegetal a responsável por este fenômeno.

Os "meios fortemente instáveis", segundo a classificação de TRICART (1977) são aqueles em que "a morfogênese é o elemento predominante na dinâmica natural, e fator determinante do sistema natural, ao qual todos os outros elementos estão subordinados". Este fenômeno pode ser desencadeado por paroxismos naturais, no caso das zonas costeiras, pelo processo natural de erosão marinha assim

como pela degradação antrópica, especialmente com a retirada da cobertura vegetal, no caso, o manguezal. Correspondem, a grosso modo, aos meios em resistasia de Erhart.

Tricart considera que há uma passagem gradual entre um meio estável e um meio instável. Para isto tomou emprestado do vocabulário dos geólogos o termo intergrades. Os meios por ele chamado de "intergrades" asseguram essa passagem gradual entre os outros dois meios, pois segundo o autor, "não existe nenhum corte; ao contrário, estamos na presença de um contínuo". Os "meios intergrades" são caracterizados, de acordo com TRICART (1977), pela "interferência permanente da pedogênese e da morfogênese, exercendo-se de maneira concorrente sobre um mesmo espaço". São meios delicados e suscetíveis a fenômenos de amplificação, podendo tornarem-se meios instáveis.

A classificação das paisagens dentro de uma tipologia dinâmica estabelecida por Tricart, ou seja, a ecodinâmica, foi de grande importância para os estudos dos geossistemas, onde o fluxo contínuo de energia e matéria, input e output, a qual configura os processos evolutivos de determinados sistemas, possibilitou a caracterização dos geossistemas e, por sua vez, classificá-los. Porém é nas décadas de 80 e 90 que Tricart evolui para a concepção de Ecogeografia, com a publicação, em 1992, da obra intitulada de Ecogeografia e manejo rural.

Segundo Jurandir Ross (2006), na perspectiva do conceito de equilíbrio dinâmico, os espaços naturais dão progressivamente lugar aos "novos espaços produzidos", onde a natureza modificada favorece as atividades econômicas diversas, que fornecem um novo arranjo no espaço físico-territorial, modificando permanentemente a paisagem, em que os componentes socioeconômicos têm maior expressividade. Para o autor é fundamental compreender os componentes

socioeconômicos na relação com os seres humanos, pois estes são essencialmente o centro das preocupações da Geografia aplicada.

Bertrand (1997), considerando o nível tecnológico e a importância da organização territorial das sociedades, ele trata a questão ambiental com base em um sistema conceitual tripolar interativo definido pelo geossistema de GTP, ou seja, uma estratégia tridimensional em três tempos e três espaços, onde:

O tempo do Geossistema é aquele da natureza antropizada, é o tempo da fonte das características biofísico-químicas de sua água e dos seus ritmos hidrológicos. De inspiração russo-soviética, é um conceito de espectro mais naturalista, que se prende ao cálculo de massas, volumes e funcionamentos bio-físico-químicos, apoiando-se diretamente nas linguagens, nos conceitos e métodos das ciências da natureza. O geossistema introduz a dimensão geográfica nos estudos

do ambiente natural, na valorização da dimensão histórica, dos impactos da sociedade e da dimensão espacial: na horizontal, geo-horizontes (espaços físico-territoriais definidos), e, na vertical, geotipo, geofácies, geocomplexos e domínio, nos quais é mais completo que o ecossistema.

O tempo do território é o tempo do social e do econômico, o tempo do desenvolvimento durável da pesquisa, da gestão, da redistribuição, da poluição/despoluição. É o conceito central da ciência geográfica e não envolve aqui a dimensão natural. É de qualquer modo a interpretação socioeconômica do geossistema. Retoma um conjunto de conceitos híbridos, como potencialidade, ambiente, meio, cuja manipulação exige um longo trabalho semântico e metodológico para atingir aproximações atuais.

O tempo da paisagem é aquele do cultural, do patrimônio, da identidade e das representações. É o tempo do

ressurgimento do simbólico, do mito e do rito. A paisagem, uma noção mais que conceito, permite ao geógrafo acessar o mundo das representações sociais e da natureza, assegurando uma ligação de conveniência com os objetos naturais na sua dimensão geossistêmica.

Para Monteiro (Apud ROSS,2006) "(...) há uma rejeição" as linhas rígidas de demarcação e uma opção por faixas transicionais (...)", principalmente pela falta de segurança para se estabelecer limites rígidos das unidades, tal fato se verifica para as delimitações de cunho sócio-espacial, no entanto, já se pode perceber em alguns trabalhos recentes, como os de Bertrand citado acima e os de J. Tricart, que defende o conceito de ecogeografia, o qual distingue três âmbitos de organização no mundo que nos rodeia, ou seja, do nosso ambiente:

- a organização da matéria - caracterizado pelo arranjo das partículas que as compõe (estado físico da matéria);

- a organização da vida que envolve uma disposição para reprodução acompanhada por uma tendência de crescimento e organização de um conjunto de formas, o reverso de coisas materiais (seres vivos);

- a organização social que é baseada na criação de formas de organização social e econômica a partir de uma base cultural (socioeconômica).

Cada um desses níveis é caracterizado por estruturas suportadas pelas forças específicas. Tais níveis organizacionais pressupõem certa harmonia funcional. Essa harmonia é baseada na interdependência que se estabelece entre elementos da natureza, elementos da sociedade e entre a sociedade e a natureza.

Tricart (op. cit.) ainda ressalta que "todas as formas de organização social dependem da vida, isto é fato fundamental". "A Ecogeografia é um ponto de vista pelo qual se reconhece isso. Ela estuda como os humanos são

integrados nos ecossistemas e como essa integração é diversificada em função do espaço terrestre". Tal integração, de acordo com Tricart e Kiewietdejonge (1992), assume dois importantes aspectos:

- as demandas impostas pelos humanos nos ecossistemas dos quais eles participam, bem como no ambiente físico;

- as modificações humanas impostas, voluntariamente ou não, no ecossistema, incluindo o ambiente físico: criação de ECOSISTEMAS e poluições de todos os tipos.

Os humanos, com suas inserções tecnológicas e apropriação dos recursos ecológicos, modificam o funcionamento do ecossistema, sendo agentes decisivos da ecodinâmica. Entretanto, as influências de estruturas sociais e econômicas promovem modificações diferenciadas diante de sua distribuição geográfica e suas necessidades de demanda, causando efeitos adversos nos ecossistemas e que freqüentemente resultam na alteração da ecodinâmica.

É nessa perspectiva que os componentes naturais e sociais, ao serem analisados e entendidos nos contextos das interações e das interdependências mútuas, possibilitam atingir o entendimento da complexidade da totalidade de um determinado "espaço territorial", enquanto forma, estrutura, funcionalidade e dinâmica.

Diante do exposto, podemos afirmar que o termo Geossistema toma forma e conteúdo dependendo da sua utilização pelo pesquisador, pois, enquanto conceito, expressa uma dinâmica constante entre os componentes naturais em si e este com os sociais, localizados em um determinado território, visto que, enquanto categoria, o geossistema se apresenta como uma unidade espacial de análise submetida a um conjunto de sistemas, no entanto, o geossistema, também é um método de pesquisa e análise, embasado na Teoria Geral dos Sistemas, que passou por um

evolutivo processo de adaptação teórico e metodológico pelas ciências das paisagens para atender uma demanda que concerne a problemática sócio ambiental do mundo contemporâneo.

Nesse sentido o estudo dos geossistemas, nos fornece uma excelente base para explicar a dinâmica dos componentes naturais e sociais, pertinentes as que vêm ocorrendo na Reserva Extrativista Marinha (REM) Maracanã/Pará, que além de apresentar elementos para compreender as transformações sócio espaciais, a partir da relação tempo e espaço, pode se obter um parâmetro de comparação, entre o “estado”, estáveis e instáveis, dos geossistemas do antes e depois da institucionalização da REM pelo Estado, prerrogativa fundamental para intervir, ou não, com um plano de ordenamento e gestão do território.

2. Território: conceito que expressa domínio dos recursos naturais, do Estado ou das comunidades tradicionais?

A zona costeira do município de Maracanã, localizada no Nordeste do Estado do Pará à 170km de Belém, capital do Estado. Foi palco, no dia 13 de dezembro de 2002, por decreto nº 98.897, de 30/01/90, da criação da Reserva Extrativista Marinha(REM) Maracanã, uma unidade de conservação de uso direto, com uma área de, aproximadamente, 30.000 hectares, sendo outorgada a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Maracanã (AUREMAR), que representa 75 comunidades de pescadores, coletares de mariscos e pequenos agricultores, e por tanto reconhecidas como populações tradicionais pelo Instituto Chico Mendes e Biodiversidade (ICMBio) e que em parceria com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), cedeu o direito de concessão de uso, em regime

comunal, tendo que seguir, no caso da REM, as normas e diretrizes do plano de uso aprovado em questão.

Os residentes no entorno da REM Maracanã, mesmo não tendo o direito ou autorização do órgão executor da REM, mas que a revelia e de forma pacífica, fazem uso dos recursos naturais da reserva, por estes também possuírem laços de parentescos com os que têm direito e benefícios outorgados pela REM Maracanã. No entanto, estes, contraditoriamente, uma vez que estão na mesma condição, do ponto de vista geográfico, residindo também no entorno da REM, foram arbitrariamente alijados dos direitos a REM. Foram excluídas dos benefícios gerados pela REM, ou seja, não foram reconhecidos como comunidades tradicionais e nem como usuários dos recursos da área preservada, onde a territorialidade dos pescadores, ou seja, o espaço em que efetivamente serve para a reprodução das suas relações culturais, materializando o sentido de serem pescadores, coletores de caranguejos e ostras, assim como de praticarem a agricultura de subsistência, foi quebrado, uma vez que tanto os que foram contemplados quanto os que ficaram de fora da REM, apresentam uma mobilidade que transcende os limites definidos pelos órgãos oficiais (IBAMA, ICMBio, INCRA, AUREMAR) para a REM, pois acabaram por impor lógicas organizacionais que impedem das comunidades de pescadores e extrativistas de se reproduzirem socialmente, culturalmente, politicamente e economicamente, e também de ocupar o território pelos parentes das famílias excluídas, provocando, assim, uma cadeia de implicações econômicas, ambientais e culturais.

Para tanto, se faz necessário desmistificar o conceito de território e territorialidade para compreender de que forma o Estado e as comunidades tradicionais se apropriam e fazem uso do território denominado aqui de REM Maracanã, na qual imprimem as suas expressões políticas e culturais.

O conceito de Território aqui trabalhado segue as orientações de alguns teóricos das ciências sociais, que serviram também de referência para o geógrafo Rogério Haesbaert, o qual sugere, pelo menos, três concepções de território: 1) jurídico-política – definido por delimitações e controle de poder, especialmente o de caráter estatal (Território Político); 2) a cultural(ista) – visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou “identidade social sobre o espaço”(Território Simbólico); 3) a economia – destacado pela desterritorialização como produto do confronto entre classes sociais e da “relação capital-trabalho” (Território econômico). O mesmo autor afirma que costumam sempre se sobrepor mais de uma dessas vertentes (1997, p. 39-40). Tal observação pode ser verificada no contexto territorial da REM Maracanã, onde estão sobrepostos os Territórios Simbólicos (das comunidades Tradicionais), Território Político (a jurisdição da REM Maracanã) e o Território Econômico (dos Marreteiros).

Entender o território apenas como uma área delimitada e constituída por relações de poder, estaríamos desconsiderando formas diversificadas e singulares do território, no entanto para não tornar mais complexa a sua compreensão pois envolve uma análise que leve em consideração muitos atores. O território por nós será considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que tem como atores principais o Estado (pela esfera Federal) e as comunidades tradicionais, no caso, as famílias de pescadores(as) assim como de extrativistas afetadas direta e indiretamente pela criação da REM.

O território não é, portanto, apenas espaço físico; é uma construção social e condiciona, reproduz e manifesta um sistema de valores e uma estrutura de poder. O Território é o espaço do poder instituído. É entendido também, conforme Bacelar (2004), como sendo o espaço das identidades. Assim,

uma comunidade de pescadores, que possui sua identidade socialmente construída, pode ser considerada um território. O relacionamento do pescador com seu ambiente direto de trabalho, o mar, implica uma identidade de vida. O território é onde a população constrói e fortalece sua identidade e coesão social, construídas nos vínculos, na história, nas relações, na vida social e na interdependência entre as pessoas.

Para Milton Santos a noção de território implica os objetos e ações e é sinônimo de espaço humano, habitado:

“Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. [...] É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje, novos recortes além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades [são...] os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades [são...] formadas por 50 pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.” (Santos, 1994:16).

Assim, nessa mesma linha de raciocínio, Raffestin define a territorialidade como sendo:

“[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. [...] essa territorialidade é dinâmica pois os elementos que a constituem [...] são suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, neste caso, que as variações

que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constitui podem ser simétricas ou dessimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essa duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis” (Raffestin, 1993:160-61).

Sack, (1986) por sua vez, enfatiza a dimensão política e o papel dos limites ou fronteiras na definição do conceito de territorialidade. Para ele, territorialidade significa :

“[...] a tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica” (Sack, 1986:19).

Pois, Para Sack, “circunscrever coisas num espaço ou no mapa” permite identificar “lugares, áreas ou regiões no sentido comum, mas não cria em si mesmo um território. Esta delimitação se torna um território somente quando suas fronteiras são utilizadas para afetar o comportamento através do controle do acesso” (Sack, 1986:19). Assim, a noção de territorialidade, para o autor, cumpre, ao mesmo tempo, os papéis de classificação (relacionada à área), de comunicação (relacionada às fronteiras) e de controle ou “aprisionamento” (relacionada as normas). Vê-se, assim, que nem todo espaço

delimitado deve ser compreendido como um território, nem como tal se constitui.

Rogério Haesbaert ratifica em sua análise que o território se apresenta no panorama atual do mundo com todas as suas complexidades e processos, muitas vezes excludentes, como a crescente globalização e a fragmentação a um nível micro ou local, servindo de refúgio à globalização, HAESBAERT (2002) identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão.

Para o mesmo autor, nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão sócio-econômica das pessoas. HAESBAERT (1997) também analisa a questão do conceito de território com um enfoque cultural, quando estuda a desterritorialização e a identidade na rede gaúcha no nordeste.

No entanto, é importante destacar que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede.(HAESBAERT, 2002, p. 38).

Entende também que um dos conceitos-chave para fundamentar esta pesquisa é o do trinômio da Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R) e, segundo a temática da pesquisa, conseqüentemente o uso do conceito de territorialidade, pois, quando se territorializa algo, há o surgimento de elementos de ordem social, econômica e ambiental, que nos ajudam a visualizar as especificidades locais e, através destes subsídios, pode-se extrair explicitações que permitam abordar os limiares da

relação sociedade/natureza, estabelecendo assim elos causais. Além disso, é possível identificar os elos mais frágeis, que são justamente aqueles que são mais atingidos diante das conseqüências dos problemas originados a partir dessa relação.

Abramovay (2003) ressalta ainda que o capital - natural, físico, financeiro, humano e social - coexiste no território, combinado com atividades econômicas multi-setoriais. Essa complexa combinação gera conflitos, impactos, tensões, movimentos, lutas de poder, ganhos e perdas culturais e processos de degradação ambiental. Nessa perspectiva, o conflito é gerado não apenas pela diversidade de interesses sociais no uso de recursos territoriais, mas também pela falta de ordenamento de políticas internas e externas.

Para o mesmo autor, o conflito pode ser abordado a partir de várias correntes de pensamento, incluindo a psicológica, sociológica, econômica, política, ou analisado do ponto de vista multidimensional, em uma perspectiva de pensamento complexo. Um conflito ocorre quando existem, pelo menos, dois atores, metas distintas e ações induzidas por comportamentos que não visam objetivos comuns. Podem ocorrer também conflitos que não se expressam socialmente e que, na busca de equilíbrio, definem mudanças estruturais emergentes, não previsíveis pelo homem.

Nesse sentido, a pesquisa pretende oferecer subsídios para a construção de alternativas de planejamento estratégica que incorpore os aspectos ambientais, culturais e econômicos para mitigar os impactos negativos criados com a institucionalização da REM Maracanã além de oferecer perspectivas de reestruturação territorial da mesma.

Haesbaert, ao elaborar uma análise sobre as diversas concepções de território, no âmbito das Ciências Sociais, assinala que elas podem ser agrupadas segundo certos referenciais teóricos. Existe, primeiramente, uma perspectiva

materialista em que a ligação material entre território e natureza é explícita, ou seja, a natureza é antes de tudo uma fonte de recursos, “meios materiais de existência”. Mesmo os antropólogos tão preocupados em enfatizar a dimensão cultural ou simbólica da sociedade, têm optado pela perspectiva material e Haesbaert cita como exemplo Godelier. O conceito anteriormente expresso por Naranjo, também dá ênfase à base material do território.

No estudo das sociedades tradicionais essa noção de território é bastante influenciada por suas experiências de vida, pois a principal fonte de recursos provém da natureza.

A ênfase à base material do território são precursoras das práticas atuais de conservação de recursos ambientais através de unidades de conservação, portanto uma prática territorial que pode ser exemplificada é pela criação de reservas extrativistas, onde o sujeito desse processo são as comunidades tradicionais que estão sendo reconhecidas, com muito esforço, o seu direito de uso secular dos recursos naturais.

No caso do reconhecimento de valores especiais ligados aos sítios geográficos, a paisagem contemplativas, e que ainda são acompanhados de medidas de proteção da fauna, dos recursos hídricos, de plantas medicinais e de outras matérias-primas. Tal debate se restringe a abordagem biológica do conceito, pois qualquer espécie requer uma base material de sustentação, no entanto não se pretende aqui defender este ponto de vista, pois parece ser a perspectiva privilegiada pelos órgãos ambientais do Estado que criam e normatizam as unidade de conservação tanto as de proteção integral quanto as de uso sustentável.

Outra perspectiva sobre o conceito de território apresentada por Haesbaert, inclui uma dimensão não material, ou seja, a existência de poderes invisíveis implícitos (ideal-simbólica). Há autores que enfatizam de forma mais intensa

essa perspectiva, apesar de que mesmo entre aqueles que destacam a dimensão materialista do território, não deixa de incorporar uma dimensão ideal ou de “apropriação simbólica”.

Bonnemaison e Cambrézy (apud HAESBAERT, 2002) adotam essa perspectiva, onde o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural. Eles consideram que a abordagem materialista-utilitarista do território não dá conta dos principais conflitos do mundo contemporâneo. Por isso “o território é primeiro um valor”, pois “a existência e mesmo a imperiosa necessidade para toda a sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida”.

Além disso: O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e, com mais razão ainda, precede o espaço econômico.

Nas sociedades pré-industriais e primitivas de caçadores e coletores havia uma ligação mais intensa, pois o território, além de fonte de recursos, era sujeito a uma apropriação simbólica religiosa. Nas sociedades tradicionais, a natureza simbólica das relações sociais tinha um papel da maior significância na sua definição de território. A força de sua carga simbólica é tão grande que o território passa a ser um “construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (BONNEMAISON e CAMBRÉZY , apud HAESBAERT, 2002)

Para Raffestin, a idéia de poder é uma constante na análise do território feita por Andrade:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder

das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

Nota-se que o território pode ser entendido como o controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, do espaço ou de uma região.

SANTOS (1996) chama atenção para a distinção fundamental entre o espaço e o território. Na sua obra metamorfoses do espaço habitado, o autor nomeia território como configuração territorial e define-o como o todo. Quanto ao espaço, é conceituado como a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. Para o autor:

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (SANTOS, 1996, p. 77).

Estes espaços diferentes, as espacialidades singulares, são resultados das articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza. Assim, o território poderá adotar espacialidades particulares, conforme vá se dando os movimentos da sociedade (nos seus múltiplos aspectos: sociais, econômicos, políticos, culturais e outros).

Uso construído a partir da territorialidade, estar intimamente ligada a forma de como a população faz uso da terra, como se organizam no espaço e como significam o lugar (SACK, 1986: 19). Esta territorialidade, de um modo geral, não tem sido reconhecida nos instrumentos legais, tal situação pode ser notificada nos estudos sócio-econômico e laudo biológicos elaborado para a REM Maracanã. O mesmo pode se dizer das áreas em via de criação de Unidade de Conservação, tanto de uso direto quanto de uso sustentável produzido até o momento pelo IBAMA.

A representação cartográfica das territorialidades de acordo com Furlan (2006) “Não há, por exemplo, uma cartografia das florestas culturais em sua área de ocorrência. Não se sabe que áreas representam e qual a diversidade de práticas sociais. Não há uma visibilidade de sua efetiva contribuição para a conservação de florestas. Os programas de conservação que consideram a floresta como espaço “vazio” são muito mais conhecidos, difundidos e cartografados”. Para tanto, a necessidade de uma cartografia nessa perspectiva será de grande importância no processo de reconhecimento das comunidades tradicionais residentes tanto da REM quanto de seu entorno, proporcionando, assim, o entendimento da dinâmica territorial.

Para Andrade, a expressão territorialidades pode ser apresentada tanto pelo “o que se encontra no território e está sujeita a gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar ao território” (ANDRADE, 1998:214). Particularmente, nesse sentido, a REM Maracanã, foi institucionalizada, desconsiderando o uso coletivo dos bens comuns, pois até então eram considerados de uso coletivo, de tal sorte, que a territorialidade das comunidades foi dividida por meio de normas e condutas de uso dos recursos naturais.

Para compreender o processo de desterritorialização de algumas comunidades ocorridas após a criação da REM Maracanã, Haesbert expõe a afirmativa de que esse processo se dar pela exclusão social, ou melhor, da exclusão socioespacial, e para ilustrar esse processo, o autor apresenta duas situações distintas, mas complementares de desterritorialização, na primeira perspectiva, a do movimento dos agricultores sem terra, onde a desterritorialização aparece associada à exclusão do acesso à terra e adquire um sentido, sobre tudo, econômico. A identidade do grupo e os

símbolos que a sustentam são construídos na própria luta pela terra enquanto instrumento de trabalho. Já no exemplo do movimento indígena pela delimitação e controle de suas reservas, a desterritorialização não se fundamenta tanto na exclusão do acesso à terra enquanto meio de produção (solos férteis, florestas ricas em produtos extrativos), mas, primeiro, no nível simbólico-cultural. Mesmo exercendo o domínio de um determinado espaço, podem falar ao grupo indígena às referências territoriais de sua cultura, o próprio “imaginário geográfico” condensado simbolicamente em determinadas parcelas do espaço (um rio, cachoeira, um trecho da floresta, espaço de deuses ou dos espíritos de seus ancestrais).

Território, para o índio, é ao mesmo tempo um espaço de reprodução física, de subsistência material, e um espaço carregado de referências simbólicas, veículo de manutenção de sua identidade cultural. Aqui, nestas “sociedades holistas”, como diria Dumont (1985), parece caber melhor a expressão do território como “experiência total do espaço”. Na verdade cada grupo cultural e cada período histórico fundam suas próprias formas de “vivenciar” integralmente o espaço.

Haesbaert conclui, dizendo que o indígena e os sem terra desenvolvem, cada um a seu modo, uma “experiência total do espaço”, é dentro de uma condição de classe e/ou de grupo cultural em um determinado contexto histórico (e de releitura do passado) que ela se processa. O que os uni é a dinâmica de precarização socioespacial dominante na sociedade capitalista, que dá forma àquilo que denominamos “aglomerados humanos de exclusão” (HAESBERT, 1995), o exemplo mais estrito de desterritorialização.

Nesse sentido, é condizente afirmar que a rede capitalista tem alterado a estrutura social e cultural das populações tradicionais, assim como o Estado tem feito a sua intervenção na configuração das territorialidades das comunidades que ocupam a zona costeira do município de

Maracanã por meio de processo de regulamentação do uso e da gestão dos recursos naturais, ou seja, pela institucionalização da Reserva extrativista Marinha Maracanã.

3. Reserva Extrativista Marinha: Uma subcategoria ou uma modalidade em construção?

Em decorrência do grande impacto causado pelo assassinato do líder sindical Chico Mendes e de pressão internacional em torno do desmatamento na Amazônia, o Governo Federal introduziu modificações na legislação ambiental e fundiária. A modificação da Política Nacional de Meio Ambiente, através da lei nº 7.804, de 18/07/89, cuja regulamentação foi dada pelo decreto nº 98.897, de 30/01/90, possibilitou a criação da Reserva Extrativista como unidade específica de proteção ambiental e de produção auto sustentável, tendo como relevância o interesse social e ecológico, garantindo a essas populações:

- A terra, por meio de concessão real de uso e plano de utilização;
- A organização social e comunitária;
- A organização da produção extrativista e de subsistência;
- O gerenciamento da área de Reserva Extrativista em regime de co-gestão, entre o governo e a comunidade.

Reserva Extrativista é uma área ocupada por populações que utilizam tradicionalmente recursos de base extrativista para exploração de subsistência e comercial, transformada em área do poder público e administrada através de concessão de

direito real de uso por comunidades locais. Pode ser definida simultaneamente como área de conservação e de produção, uma vez que, a exploração dos recursos naturais depende do plano adequado de manejo.

Oficialmente, conforme o Decreto N° 98.897, a conceituação de Reservas Extrativistas é a seguinte:

Art. 1°. As Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 2°. O Poder Executivo criará Reservas Extrativistas em espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social.

Parágrafo Único - São espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social as áreas que possuam características naturais ou exemplares da biota que possibilitam a sua exploração auto-sustentável, sem prejuízo da conservação ambiental.

Art. 3°. Do ato de criação constarão os limites geográficos, a população destinatária e as medidas a serem tomadas pelo Poder Executivo para sua implantação, ficando a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, as desapropriações que se fizerem necessárias.

Art. 4°. A exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais serão reguladas por Contrato de Concessão Real de Uso, na

forma do artigo 7º do Decreto-lei N° 271, de 28 de fevereiro de 1967.

Inciso primeiro - O direito real de uso será concedido a título gratuito.

Inciso segundo - O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo IBAMA e conterá cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão "inter vivos".

Art. 5º. Caberá ao IBAMA supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de que trata o artigo anterior.

É fácil deduzir que segundo o Decreto, as Reservas Extrativistas não podem ser modelo de desenvolvimento para todo o Brasil. Elas são válidas, apenas, para algumas regiões onde houver as condições constantes no Decreto: conceituação de Reservas Extrativistas

1. Existência de recursos naturais renováveis e de populações extrativistas.

2. Espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social.

3. Garantia de auto-sustentabilidade mediante a aprovação, pelo IBAMA, de um plano de utilização.

A realidade das reservas até agora criadas, o debate com os moradores das mesmas, a análise das atividades econômicas por eles praticadas, junto com as propostas e anseios por eles manifestados, tem alimentado a evolução dos

conceitos, consolidando os seguintes princípios de entendimento sobre as reservas:

- O extrativismo não é a única atividade econômica da Reserva, embora atualmente seja sua base de sustentação;
- A melhoria das condições de vida dos moradores deve ser buscada através do incremento e melhoria das atividades extrativistas e agro-pastoris praticadas e através da introdução de novas atividades que não causem impacto ambiental;
- entre as ações a incrementar, citam-se:
 - aumentar a produção e a produtividade dos produtos florestais existentes;
 - melhorar o sistema de comercialização;
 - agregar valor aos produtos, incentivando o processamento local;
- incrementar atividades agro-pastorais, aproveitando os roçados já existentes.
- a base da mudança a realizar deve ser o associativismo, capaz de fazer a gestão da Reserva de forma co-participativa;
- o associativismo deve encontrar as fórmulas para conquistar a independência no abastecimento e na comercialização.

A Reserva Extrativista responde não só a questão da sustentabilidade, como também contribui para a superação do monocultivo, pois o extrativista de hoje tende cada vez mais a diversificar suas atividades econômicas. O ponto fundamental da criação da Reserva Extrativista é o fato de dar prioridade à

população, tendo o homem como ator e gestor do uso e da conservação na área de reserva.

Para Diegues (1994) a comunidade tradicional, como a dos pescadores deve ser valorizada, pois sua presença neste processo é imprescindível para impedir a destruição dos recursos naturais, assim pode se falar dos pescadores do mar, preservando o ecossistema do manguezal, mantendo a sua relação de trabalho em harmonia com o meio ambiente e também agindo como guardiões de seus patrimônios natural e cultural, nos mais longínquos rios, igarapés, várzeas, cabeceiras e mares.

O Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), órgão ligado ao ICMBio, vem recebendo grande demanda das comunidades tradicionais para a criação de Resex em diferentes contextos socioambientais. Este é o caso das Reservas Extrativistas situadas na Zona Costeira e Marinha do estado do Pará, que até o ano de 2008 constavam nove REM, cujas demandas originadas do movimento dos pescadores apresentam um crescimento exponencial.

A denominação REM é uma discussão que se arrasta desde da primeira criação da REM Mandira no litoral do estado de São Paulo. No intuito de pôr a termo esta discussão, o CNPT, a partir de 2008, passou a considerá-las como Resex de Recursos Pesqueiros, tendo em vista a predominância de comunidades de pescadores que subsistem da exploração do pescado, independentemente de se localizarem em ecossistemas de água salgada, salobra ou de água doce.

Em conseqüência, as Reservas Extrativistas Florestais passam a ser denominadas, guardando a devida sintonia com o recurso prioritariamente explorado, Reservas Extrativistas de Recursos Florestais. Atualmente, o CNPT por meio do Instituto Chico Mendes e dos recursos Naturais (ICMBio) compartilha a gestão de 33 Reservas Extrativistas, sendo 19

de recursos florestais e 14 de recursos pesqueiros, onde vivem, aproximadamente, 9.000 famílias, perfazendo 6.000.000ha de área em todo o Brasil.

Esta é uma construção gradual de um modelo particular de unidade de conservação que deverá ser adequado às especificidades de cada comunidade.

Portanto, pode-se afirmar que as Resex constituem um instrumento eficaz de desenvolvimento sustentável, por meio do gerenciamento e manejo de recursos naturais de uso comum. No entanto muitas dúvidas, ainda pairam sobre os procedimentos relacionados a seleção e delimitação das áreas a serem preservadas, pois os critérios não são bem definidos pela legislação federal e nem pelos órgãos executores como o CNPT e o ICMBio.

A área da REM Maracanã possui uma delimitação que segue uma faixa poligonal representada pela vegetação do Manguezal (ver figura 02). O manguezal, por sua vez, já é considerada uma área de preservação permanente (APP), prevista no Código Florestal Brasileiro:

Lei nº 4.771/65, trouxe o conceito de áreas de preservação permanente em seu art. 1º, § 2º, inciso II, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.166-67/01: “Área protegida nos termos dos art. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. Já seu art. 2º definiu quais áreas seriam destinadas a essa proteção legal, de acordo com o transcrito doravante:

Art. 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal [...];

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

i) REVOGADA

Há de se salientar que, dentre as Áreas de Preservação Permanente fixadas no rol do artigo acima transcrito, podem ser identificadas duas classes: aquelas que são de preservação permanente em virtude de sua localização (margens de cursos d'água, topos de morro, áreas de

declividade, dentre outras) e aquelas que merecem tal proteção devido ao tipo de vegetação que as recobre (restingas, manguezais, dunas). No tocante às Áreas de Preservação Permanente do primeiro grupo, estão aquelas destinadas à proteção dos recursos hídricos, fixadas nas alíneas a, b, e c, referentes às margens de cursos d'água, à vegetação ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de água naturais ou artificiais e no entorno de nascentes e olhos d'água.

A Lei em epígrafe preconiza também, em seu art. 2º, parágrafo primeiro, que qualquer forma de vegetação presente nas Áreas de Preservação Permanente somente poderá ser suprimida mediante preliminar autorização do órgão ambiental competente e desde que em prol do interesse público, tal qual dispõe-se adiante:

Art. 2º, §1º - A supressão total ou parcial de florestas e demais formas de vegetação permanente de que trata esta Lei, devidamente caracterizada em procedimento administrativo próprio e com prévia autorização do órgão federal de meio ambiente, somente será admitida quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, sem prejuízo do licenciamento a ser procedido pelo órgão ambiental competente.

No que tange ao parágrafo acima, há de se ressaltar que a expressão “preservação permanente” não teria sido a mais adequada a ser utilizada, tendo em vista que sua etimologia traduz a idéia de que essas áreas seriam completamente intocáveis. Contudo, a verdade é que a intocabilidade pode ser mitigada, na medida em que é possível permitir a utilização dessas áreas para as finalidades das reservas ecológicas (Fiorillo, 2005).

Ademais, tais espaços não são permanentes, uma vez que, após criados, pode-se também suprimi-los ou alterá-los por meio de lei, conforme preceitua o art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal:

“III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;”

As Resex's também foram referendadas com base na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que dispõe sobre as Unidades de Conservação (UCs) a definição de que são:

“...espaços territoriais e seus ambientes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. (Lei 9.985 de 18-07-2000)

As Unidades de Conservação estão divididas em dois grupos: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável na qual se inserem as Reservas Extrativistas – RESEX.

A Reserva Extrativista nasceu da luta das famílias seringueiras e extrativistas para defenderem as suas florestas contra os fazendeiros, pra que o uso da floresta fosse feito sem destruição.

Essa modalidade de unidade de conservação de uso sustentável pode ser criada tanto pelo governo federal quanto pelo governo estadual.

A RESEX é considerada pelo INCRA como uma modalidade de regularização fundiária que surgiu com base na luta do Conselho Nacional dos Seringueiros e que visa reconhecer os direitos fundiários de populações tradicionais que têm o extrativismo como a sua atividade econômica principal e seu modo de vida. A competência para conduzir o processo de demarcação e vistoria da área é do IBAMA/CNPT, que também auxilia a associação dos extrativistas na elaboração de um plano de uso sustentável dos recursos naturais. Cumpridas estas etapas o processo é enviado para a assinatura do Presidente da República. Em seguida é emitido um decreto de criação da RESEX. O direito de uso é concedido a título gratuito, sendo válido inicialmente por 10 anos, podendo ser renovado quando as suas regras estabelecidas no plano de uso e na legislação ambiental vigente forem cumpridas, caso contrário, a comunidade perderá o direito a concessão.

As RESEX são só para as populações tradicionais que já moram na área há muito tempo e tiram da floresta o seu sustento principal. Numa RESEX é permitida a extração de madeira, mas esta não pode ser a principal renda das famílias. Além disso, tem que ter um plano de manejo florestal aprovado.

É uma modalidade de uso coletivo, sendo que as famílias devem estar organizadas em uma Associação. O Governo faz um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) com a Associação, e a Associação emitirá uma autorização de uso para cada família, o que pode levar mais tempo. Sendo de uso coletivo, os técnicos do governo não fazem a demarcação dos limites de cada família dentro da RESEX, mas somente a demarcação dos limites da reserva com os vizinhos de fora. Dentro, a divisão é de acordo com a ocupação tradicional das terras. Quem diz onde são os limites de respeito e áreas de uso coletivo são os moradores.

Toda a área utilizada pelas comunidades pode ser requerida para a RESEX.

Como o governo não precisa demarcar cada lote separadamente, o processo para sua criação sai mais rápido. Entretanto, a conclusão desse processo tem demorado muito por falta de elaborar e colocar na prática os Planos de Manejo da reserva. Os custos são os mais baixos para se conseguir uma terra, pois o governo faz o georeferenciamento, o diagnóstico e subsidia a formulação de um Plano de Manejo Participativo que é financiado pelo ICMBio e feito com muito auxílio de vários técnico. Neste plano de manejo também tem um Plano de Utilização nos quais são definidas as regras de convivência e de uso de recursos entre os moradores.

Após a criação da Reserva, é formado o Conselho Deliberativo, composto pelos moradores, ICMBio e instituições convidadas. Este é responsável pela organização e pelas decisões dos rumos da RESEX.

As famílias só poderão vender as benfeitorias para outra família extrativista ou ribeirinha, mas não podem vender as terras. A família que receber a terra uma vez, nunca mais poderá receber outras terras do governo.

A área terrestre, onde os extrativistas da Unidade vivem e trabalham, representam sua "zona de amortecimento", que também deve ser alvo de políticas públicas de apoio governamental (Brasil, SNUC, 2000: Art. 27, Parágrafo 1º).

Sobre a povos e comunidades tradicionais, promovida pelo Decreto Presidencial n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, os define como sendo:

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando

conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”

Outro elemento importante da lei 6.040 para a discussão sobre Resex é a definição legal dos Território Tradicionais:

“são os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações”

No contexto da REM Maracanã, a institucionalização dos seus limites territoriais foram constituídas sobre os Terrenos de Marinhaloça, para tanto, se faz necessário entender a relação dessas terras com a criação da REM Maracanã.

Os Terrenos de Marinha são as terras que contornam rios, lagos, ilhas e o mar, que estão influenciados pelas marés. Medem 33 metros a partir da LPM – Linha da Preamar Média, que é definida pela SPU (Secretaria do Patrimônio da União).

Tanto a várzea quanto os Terrenos de Marinha são sempre considerados terras públicas, e nunca poderão ser vendidas ou doadas.

A única forma de regularização dessas áreas, seja coletiva ou individual, se dá por concessão de Direito Real de Uso. Isso quer dizer que o governo sempre será o dono, mas pode deixar que os moradores usem a terra. Outro exemplo de concessão nestas terras tem sido a criação de PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista, possibilitada pela parceria entre a SPU e o INCRA.

O órgão do governo responsável nos Estados por estas terras é a GRPU, que quer dizer Gerência Regional da Secretaria do Patrimônio da União. Pode acontecer de SPU dar uma AUTORIZAÇÃO DE USO até que a Concessão de Direito Real de Uso fique pronta.

O pedido de uso das terras pode ser para uso COLETIVO, através de uma ASSOCIAÇÃO, ou para uso INDIVIDUAL, por qualquer pessoa. No entanto, conseguir regularizar sozinho é bem mais difícil.

Para regularizar a terra desta forma os interessados devem apresentar uma proposta de Plano de Uso, na qual devem explicar quem são as pessoas que querem a terra, quais os limites da área requerida, como trabalharão a terra e os rios, e as regras desses usos.

Metodologia

Em função da grande dimensão da área da REM Maracanã, 30.018.088ha, e da dificuldade de acesso, foi feita uma escolha “monitorada” entre as 75 comunidades pertencentes a REM, das quais se retirou apenas uma amostra de três comunidades: a Martins Pinheiro, Aricuru e Bom Jesus. Para representar as três realidades visíveis e heterogêneas nos aspectos do ordenamento espacial, temporal e fisiográfico, que, institucionalmente, estão ligadas a REM Maracanã, foram utilizados os procedimentos sugeridos por Mertzner (2001), no que tange ao uso do perfil transversal (transecto) geocológico, pois permite que os dados obtidos nas três comunidades possam ser comparados em suas diferentes formas de manejo e conservação dos recursos naturais, auxiliando na elaboração da tipologia das unidades de paisagem e na interação dos elementos que compõem o meio físico e as atividades das comunidades tradicionais residentes na REM Maracanã.

As análises dos dados fisiográficos permite, também, a construção de mapas temáticos, produzidos a partir da interpretação e do tratamento de imagens Landsat e SRTM, processadas nos programas do ENVI 4.3 e a base vetorial desenvolvida no ARCGIS 9.2, tendo ainda o auxílio de GPS, para georeferenciar os elementos geográficos, que podem ser sobrepostos e interrelacionados as condições ecogeográficas (ROSS, 2006) e assim obter uma análise qualitativa dos geossistemas. Para a Construção dos mapas situacionais, seguiu a base metodológica do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, que tem como protagonista as próprias comunidades tradicionais, que além de favorecerem o reconhecimento do território, possibilitou construir a base vetorial com as delimitações das territorialidades dos agentes sociais da REM Maracanã.

Para esta pesquisa foram realizados levantamentos de dados primários e secundários, considerando os quantitativos e qualitativos, através de procedimentos como: revisão bibliográfica, observação empírica e acompanhada, aplicação de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com os diferentes agentes que participam do cotidiano da Resex Marinha Maracanã. Para tanto foram levantados dados quantitativos relativos ao sistema de coleta e comercialização dos produtos extrativistas, relacionados aos recursos naturais da área de influência da REM.

As observações *empíricas* e *acompanhadas*, sendo que a primeira tem, de acordo com a Furlan (2005), que focar e identificar no conjunto das características que compõem as paisagens do lugar, a topografia do meio físico, assim como a descrição das práticas associadas ao uso e apropriação dos recursos naturais, à comercialização, considerando, também, os arranjos espaciais construídos ao longo da ocupação da reserva, numa perspectiva multitemporal, tendo o antes e o depois da criação da REM Maracanã como parâmetros de

análise. As observações *acompanhadas* foram registradas em diário de campo como também por meio tecnológico, cita-se gravador de voz digital, para ser usado após a sua transcrição, câmera digital para as fotos, que para Samain (2001), é um recurso que oferece aos cientistas duas vantagens: uma que multiplica o campo de sua observação, dispondo de uma variedade de dados e a outra que favorece um exame direto e comparativo dos dados.

A análise comparativa é realizada de acordo com Marc Bloch apud Schneider e Schmitt (1988), onde nas ciências humanas “consiste (...) em buscar, para explicá-las as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos”. Essa analogia pode ser aplicada às comunidades circunvizinhas, como no caso, as dos pescadores e catadores de caranguejo que estão situadas nas áreas afetadas pela REM Maracanã.

As entrevistas estruturadas e semiestruturadas foram efetivadas durante as observações empíricas e *acompanhadas* nas atividades do cotidiano dos moradores das comunidades tradicionais. As entrevistas objetivam identificar as percepções individuais sobre as formas de uso e apropriação dos recursos naturais e a sua comercialização no antes e depois da criação da REM. Em algumas ocasiões, juntamente com o informante, foram traçados desenhos relativos aos circuitos da produção e do comércio entre a REM e o mercado, considerando a divisão social do trabalho dos pescadores e pescadoras, marreteiros, comerciantes, quebradeiras de caranguejo, processadores e proprietários de embarcações de transportes.

A temática das entrevistas, partiu das percepções dos próprios atores sociais da REM, no que se refere as questões ambientais, culturais, econômicas e de ordem das ações políticas. A seleção da amostra dos informantes estar composto por quatro grupos: 1) catadores de caranguejo e

seus agentes envolvidos na cadeia produtiva, 2) pescadores/agricultores; 3) catadores de ostras; 4) pescadores, estes, pelo plano de uso da REM, são os únicos que podem votar na AUREMAR. Em todos os grupos a variável incluídos e excluídos da REM será também um critério de classificação e seleção dos entrevistados.

Os dados secundários compreendem de informações estatísticas de bases oficiais e, de modo geral, tenta-se obter dados de diferentes origens para confrontar com os dados oficiais e assim facilitar a compreensão dos processos sócio-espaciais que interligam os diferentes atores. O levantamento bibliográfico foi obtido por meio de fontes escritas, como análise de pesquisas recentes, livros que tratam de teorias, conceitos e categorias da geografia e da sociologia, focando em especial as tendências referentes as reservas extrativistas, subsidiadas pelos materiais oficiais das instituições públicas como: Instituto Brasileiro de geografia e estatístico (IBGE), Sistema de Vigilância da Amazônia (SIPAM), Biblioteca da Geociências/UFGA, Associação de Usuários da Reserva Extrativista Maracanã (AUREMAR), Colônia dos pescadores e sindicato dos trabalhadores rurais de Maracanã.

As informações e dados estarão sendo sistematizados em quadros sínteses, segundo os temas selecionados como pertinentes às questões levantadas, assim como na composição de um mapa síntese, que represente as áreas de sensibilidade ambiental e de uso potencial dos recursos naturais.

Cronograma de Atividades:

Cronograma:	2008	2009	2010
ATIVIDADES	Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez	Jan Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Nov Dez	Jan Fev Mar
Creditar disciplinas obrigatórias e optativas do mestrado			
Levantamento bibliográfico			
Levantamento de fontes secundárias			
Levantamento cartográfico			
Trabalho de campo			
Sistematização e tratamento dos dados coletados			
Qualificação			
Compilação da dissertação			
Revisão e ajustes da dissertação			
Defesa da dissertação			

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha K. **Amazônia : Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro : Garamond, 2006.

CABRAL, Nájila Rejanne A. Julião & SOUZA, Marcelo Pereira de. **Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas**. 2ª Ed. São Carlos: RiMA, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização : do “Fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

_____. **Territórios alternativos** . Niteroi: EdUFF, São Paulo: Conmtexto,2002. 186p.

BENSUSAN Nurit .**Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 176p.

MOREIRA, André de Castro Cotti . **Reserva Extrativista de Bairro Mandira: a viabilidade de uma incerteza**. São Paulo: Annablume/ FADESP, 2000.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. 2ªed. São Paulo: Annablume/ FADESP, 2001.

PASSOS, Messias Modesto (org).**Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades/ Georges e Claude. Bertrand. Maringá: Massoni, 2007.**

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo : Oficina de Textos, 2006.

SANTOS , Milton [et al.] **Território, territórios : ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**.15ªed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço : Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo : EDUSP, 2008.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ªEd. São Paulo : EDUSP, 2008.(Coleção Milton Santos)

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Lenyra Rique. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. 2ª Ed. São Paulo : Contexto, 2001 (série Caminhos da Geografia).

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino de pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

VANNUCCI, Marta . **Os manguezais e nós. : uma síntese de percepções**. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

Umbarila, Elizabeth R. **Organizando su espacio, copnstruyendo su territorio: transformaciones de los asentamientos ticuna em laribera Del amazonas colombiano**. Letícia: Universidad Nacional de Colômbia, Unibiblios, 2003, 240p.

Gonçalves, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto. 2001. 178p.

Gonçalves, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. 461p.

- Quaresma, H. D. de A. B. **O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de ambiental de algodoal?maianeua**. Belém: NAEA. 2003. 254p.
- Castro, I. El. De. Gomes, P. C. da Costa. Corrêa, Roberto L. (Org.) **Geografia : Conceitos e temas**, 10ª Edição, Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007. 352p.
- FRAXE, T. J. P. **Homens Anfíbios: Etnografia de um campesinato das águas**, São Paulo: Annablume; Fortaleza; Sec. Da Cultura e Desporto do Gov. do Estado do Ceará. 2000. 192p.
- Martins, M. D. **O Banco Mundial e a terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo, Viramundo, 2004. 223p.
- Santos, R. F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184.
- Araujo, g. h. de Sousa, Almeida, J. R. de. Guerra, A. J. T. **Gestão ambiental de áreas degradadas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 2005. 320p.
- Guerra, A. J. T. Marçal, Mônica dos Santos. **Geomorfologia ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2006. 192p.
- Martinelli. Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto. 2007. 112p. Ross, J.L.S. Geomorfologia: Ambiente e Planejamento. São Paulo. Contexto. 2007.
- TEISSERENC, P. ROCHA, G. de M. MAGALHÃES, S. B. GUERRA, G. A. D. (Org.) **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA. 2008. 329p.
- Leff, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez. 2007. 239p.
- Moraes, A.C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: Elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo. Annablume. 2007. 232p.
- Ross, J.L.S. (ORG.) **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP. 2008. 549p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS sobre GEOSSISTEMA

- BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global – esboço metodológico**. In: Caderno de Ciências da Terra. n. 13. São Paulo: USP, 1972. 27 p.
- MONTEIRO, C. A. F. **Geossistemas: a história de uma procura**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SUERTEGARAY, D. M. A. **Geografia Física (?) Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente (?)**. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org). Elementos de epistemologia da geografia contemporânea, Curitiba: UFPR, 2002.
- SOTCHAVA, V. B. **O estudo de geossistemas. Métodos em Questão (16)**. São Paulo: IGEO/USP, 1977.
- _____. **Por uma teoria de classificação de geossistemas de vida terrestre. Biogeografia. (14)**, São Paulo: IGEO/USP, 1978.
- TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.
- _____. **Paisagem e Ecologia**. Inter-Fácies. São José do Rio Preto: UNESP, 1979.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO sobre TERRITÓRIO

Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - F.A.S.E. E estudo sobre território e organização não-governamental
http://br.monografias.com/trabalhos/territorio-territorialidade-federacao-orgaos-assistencia/territorio-territorialidade-federacao-orgaos-assistencia.shtml#_Toc136752761

ANDRADE, Manuel C de. - **Terrotorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local.** In: Santos, Milton; Souza Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (org.) **Território: Globalização e fragmentação.** 4ª. ed. – São Paulo:Hucitec, 1998. pp.213-220.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FURLAN, Sueli Ângelo. **FLORESTAS CULTURAIS: MANEJO SOCIOCULTURAL, TERRITORIALIDADES E SUSTENTABILIDADE** São Paulo, Revista Agrária, N°3, pp. 3-15, 2006.
In: http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/3/1_furlam.pdf

HAESBAERT, R.— Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território Territórios.** Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002; p. 17 — 38.

MOREIRA, Andre de Castro Cotti - **Reserva Extrativista do Bairro Mandira: a viabilidade de uma incerteza.** São Paulo Annablume/Fapesp, 2000

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

RAFFESTIN, Claude. O que é território. In: **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143 — 163.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

----- **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** São Paulo: Hucitec, 1996.

----- **A natureza do espaço: técnica e tempo.** Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento.** In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO sobre RESEX

BRASIL.— **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002.** Ministério do Meio Ambiente, 2ª ed. (aumentada). 2002. Brasília.

MILANO, M. S. — **Por quê existem as unidades de conservação?** In: **Unidades de conservação: atualidades e tendências.** Miguel Sereduik Milano (org.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. 2002. p. 193-208.

----- **Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça.** In: Anais do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2, 2000, Campo Grande: Rede Nacional Pró- Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2000, v. 1, p. 11-25

Sites visitados

Para Download de leis federais

<http://www.direito.adv.br/legisla.htm>

TÍTULO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE INFLUÊNCIA MARINHA NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS SITUADAS NA ZONA COSTEIRA DO NORDESTE PARAENSE.

